



**2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e
Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo**

Oficial: Gentil Domingues dos Santos

Rua Senador Paulo Egídio, 72 cj.110 - Sé
Tel.: (11) 3101-5631 - Email: registro@2rtd.com.br - Site:

**REGISTRO PARA FINS DE
PUBLICIDADE E EFICÁCIA CONTRA TERCEIROS**

Nº 150.029 de 22/07/2019

Certifico e dou fé que o documento em papel, foi apresentado em 04/07/2019, o qual foi protocolado sob nº 163.117, tendo sido registrado sob nº **150.029** e averbado no registro nº 80.230 no Livro de Registro A deste 2º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo, na presente data.

Natureza:
NOVO ESTATUTO

São Paulo, 22 de julho de 2019


Cristiano Pontes Silva
Escrevente Autorizado

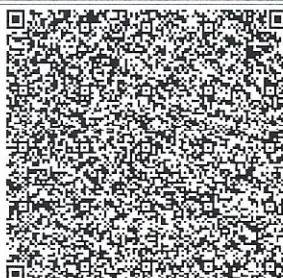
Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R\$ 144,95	R\$ 41,25	R\$ 28,24	R\$ 7,63	R\$ 9,93
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 7,00	R\$ 3,03	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 242,03



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site:
servicos.cdtsp.com.br/validarregistro
e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qr code.

00180923924765062



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:
<https://selodigital.tjsp.jus.br>

Selo Digital
1126494PJEC000031293CE19E

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DO
INSTITUTO ANDRÉ FRANCO VIVE

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, OBJETO, DURAÇÃO, SEDE E FORO

Art. 1º – O **INSTITUTO ANDRÉ FRANCO VIVE**, doravante denominado por Instituto, fundado em 25 de novembro de 2004, é uma associação civil, sem finalidade lucrativa, de natureza privada e caráter filantrópico, que será regido pelo presente Estatuto e demais disposições legais aplicáveis, sendo sua duração por prazo indeterminado.

Parágrafo único – O **INSTITUTO ANDRÉ FRANCO VIVE** tem sede social e foro na cidade de São Paulo, Estados de São Paulo, na Rua Helena nº 285, conjunto 54, Vila Olímpia, CEP 04552-050.

Art. 2º - O INSTITUTO tem por objetivo precípua promover serviços sócio assistenciais, em caráter pessoal ou agregado pelo núcleo familiar que se encontrem em situação de vulnerabilidade, exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas na infância, adolescência, juventude ou adulto, através da formação, educação, profissionalização, cultura e apoio a distúrbios psicológicos, contribuindo assim para a educação, no seu mais lato senso, em São Paulo ou outros Estados e Territórios brasileiros, mediante a prática entre outras, das seguintes ações:

- I) Criar, manter ou contribuir para creches, escolas, centros educacionais, centros profissionalizantes, ou outras atividades de educação e formação de crianças, jovens ou adultos;
- II) Promover gratuitamente a educação;
- III) Implantar, desenvolver ou participar de oficinas, ateliers ou empresas com produção e distribuição para o mercado, objetivando a consecução dos fins deste Instituto, a captação de recursos para o Instituto e a formação profissional de seus participantes.
- IV) Difundir o patrimônio cultural, étnico social, ambiental, bibliotecas, e museus;

- SECRETARIA
- V) Divulgar publicações, serviços, informações e dados produzidos através do Instituto, e bem assim material pedagógico, educacional, artesanal e artístico dos projetos social, cultural e educacional;
 - VI) Orientar e treinar pessoas e/ou organizações voltadas para a promoção social, educacional, cultural e profissionalizante;
 - VII) Realizar e incentivar programas de cooperação voluntária;
 - VIII) Captar recursos e patrocínio para os projetos e programas implementados pelo Instituto, bem como apoiar e fomentar projetos de outras entidades;
 - IX) Criar e desenvolver produtos educativos e artísticos via Internet;
 - X) Organizar exposições, encontros e eventos de cunho cultural e social;
 - XI) Implantar e desenvolver oficinas, marcenarias, artesanato, bordado, corte e costura e o que demandar a comunidade local, para profissionalização de adolescentes, jovens e adultos, capacitando-os para o mercado de trabalho.

Art. 3º - Instituto no âmbito multidisciplinar de sua finalidade e sob os auspícios da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 e demais legislação pertinente, ou outra que venha substituí-la, também poderá direcionar suas ações para:

I. Incentivo à formação artística e cultural, mediante:

- a) Instalação e manutenção de cursos de caráter cultural ou artístico, destinados à formação, especialização e aperfeiçoamento de pessoal da área da cultura, em estabelecimentos de ensino sem fins lucrativos;

II - Fomento à produção cultural e artística, mediante:

- a) produção de discos, vídeos, obras cinematográficas de curta e média metragem e filmes documentais, preservação do acervo cinematográfico bem assim de outras obras de reprodução videofonográfica de caráter cultural;
- b) edição de obras relativas às ciências humanas, às letras e às artes;
- c) realização de exposições, festivais de arte, espetáculos de artes cênicas, de música e de folclore;

Art. 4º - O Instituto poderá também sob os auspícios da Lei no 11.438, de 29 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto No 6.180, de 03 de agosto de

2007, ou outra que a substitua ou altere, implantar e desenvolver com seus beneficiários diretos e indiretos, atividades de caráter desportivo e para desportivos.

Art. 5º - O Instituto poderá ainda prestar atendimento odontológico através de profissional habilitado e devidamente inscrito no Conselho Regional de Odontologia para seu público alvo observadas as normas legais emanadas por aquele Conselho.

§ 1º - O INSTITUTO, presta serviços permanentes e sem qualquer discriminação de clientela, observando no desempenho de suas atividades os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, eficiência e eficácia.

§ 2º - O INSTITUTO, com o objetivo precípua de obter recursos próprios, poderá comercializar produtos de produção própria, devendo obrigatoriamente reverter os recursos, na realização de seus objetivos sociais.

Art. 6º - O Instituto poderá firmar convênios, contratos, intercâmbios, Termo de parceria, Termo de colaboração e Termo de fomento, nos termos da legislação vigente, bem como promover iniciativas conjuntas com organizações e entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, como também poderá se filiar ou integrar o quadro de participantes de organizações congêneres.

Art. 7º - No desenvolvimento de suas atividades, o INSTITUTO não fará qualquer distinção quanto à raça, cor, sexo, condição social, credo político ou religioso.

Art. 8º - O Instituto poderá adotar Regimento Interno que, aprovado pela Diretoria, disciplinará seu funcionamento.

Art. 9º - A fim de cumprir suas finalidades, o Instituto, organizar-se-á em tantas unidades de prestação de serviços, quantas forem necessárias, a critério da Diretoria, podendo abrir e encerrar filiais, escritórios, galerias, lojas e centros profissionalizantes, em qualquer parte do território nacional.

CAPÍTULO II DO QUADRO DE ASSOCIADOS

Art. 10 - O INSTITUTO será constituído por número ilimitado de associados, distribuídos em 02 (duas) categorias, a saber, observadas as disposições estatutárias:

I. **ASSOCIADOS EFETIVOS**, assim considerados os membros que assinaram a Ata de Fundação do Instituto .

II. **ASSOCIADOS COLABORADORES**, assim considerados os referendados por um Associado Efetivo, simpatizantes das atividades do Instituto e que dele querem participar de maneira mais freqüente, mediante contribuição conforme deliberado em reunião da Diretoria.

§ 1º - Somente os Associados Efetivos, terão voz e voto nas Assembléias Gerais e poderão ser eleitos para os cargos de Administração do Instituto.

§ 2º - O pretendente a integrar o quadro de Associados, como Colaborador ou retirar-se do mesmo, deverá formular o seu pedido de admissão ou de demissão por escrito, ao Diretor Presidente, que homologará tanto o pedido de admissão como de demissão, observado na inclusão o disposto no inciso II retro.

§ 3º - O associado que cometer falta grave contra os objetivos do Instituto, poderá ser excluído do quadro de associados por proposta da Diretoria à Assembléia Geral, sendo facultado ao associado excluído a interposição de defesa e recurso a este órgão.

Art. 11 - São deveres dos associados:

I. Respeitar e observar o presente Estatuto, as disposições regimentais e as deliberações da Diretoria e Assembléia Geral;

II. Prestar ao Instituto, cooperação moral, material e intelectual, esforçando-se pelo engrandecimento do mesmo;

III. Comparecer, quando possível, às Assembléias Gerais quando convocada, e ainda participar dos grupos designados a promover as atividades patrocinadas pelo Instituto;

IV. Comunicar, por escrito, à Diretoria, suas mudanças de residência;

V. Integrar, quando possível, as comissões para as quais for designado, cumprir os mandatos recebidos e os encargos atribuídos pela Diretoria e/ou Assembléia Geral;

Art. 12 - São direitos dos Associados Efetivos:

I. Votar e ser votado para os cargos eletivos, observadas as disposições estatutárias;

II. Participar de todos os eventos patrocinados pelo Instituto;

III. Ter voz e voto nas Assembléias Gerais, observadas as disposições estatutárias.

Art. 13 - Os associados não responderão nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos do Instituto, como também nenhum direito terá no caso de retirada ou exclusão, não recebendo remuneração ou honorários por serviços ou trabalhos realizados.

§ Único : O Instituto não constitui patrimônio de indivíduo, família, entidade de classe ou organização que não seja de interesse público ou de caráter lucrativo.

CAPÍTULO III

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 14 - A Assembléia Geral, órgão soberano e deliberativo do INSTITUTO, constituir-se-á de todos os associados efetivos, em pleno gozo de seus direitos legais e estatutários, que poderão ser nomeados para os cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Art. 15 - Compete à Assembléia Geral:

I. Discutir e deliberar sobre todo e qualquer assunto de interesse do Instituto para o qual for convocada;

II. Decidir pela reforma do Estatuto Social;

III. Decidir sobre a extinção do Instituto;

IV. Apreciar o relatório da Diretoria e decidir sobre a aprovação das contas e balanço anual;

V. Decidir sobre a conveniência de alienar, hipotecar ou permutar bens patrimoniais, concedendo autorização à Diretoria para tal fim;

VI. Adquirir bens imóveis e aceitar doações com encargos onerosos;

VII. Decidir pela exclusão de qualquer dos associados;

VIII. Apreciar recurso eventualmente interposto pelos associados;

IX. Eleger, empossar e destituir os membros da Diretoria e Conselho Fiscal.

Art. 16 - A Assembléia Geral reunir-se-á, **Ordinariamente**, por convocação do Presidente da Diretoria:

I. No primeiro trimestre de cada ano para:

- a) Appreciar o relatório anual da Diretoria.
- b) Discutir e aprovar as contas e balanço anual.

II. A cada 04 (quatro) anos, para eleição e posse da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Art. 17 - A Assembléia Geral reunir-se-á, **Extraordinariamente**, quando convocada:

I. Pelo Presidente da Diretoria;

II. Por requerimento dirigido ao Presidente da Diretoria, por 1/5 (um quinto) dos Associados Efetivos;

III. A pedido do Conselho Fiscal, dirigido ao Presidente da Diretoria.

Art. 18- A Assembléia Geral será convocada para fins determinados, mediante prévio e geral anúncio, através de edital afixado na sede do Instituto, por circulares ou outros meios adequados, com antecedência mínima de 08 (oito) dias.

§ 1º - Qualquer Assembléia instalar-se-á em primeira convocação com 2/3 (dois terços) dos associados efetivos e, em segunda convocação, decorridos trinta minutos, com qualquer número.

§ 2º - As deliberações serão tomadas necessariamente e sempre pelo voto concorde de 2/3 (dois terços) dos associados efetivos presentes, com maioria absoluta em primeira chamada e com no mínimo de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes para:

I. Destituir os administradores;

II. Reformar parcial ou totalmente o presente Estatuto.

III. Extinguir o Instituto e nomear liquidante ;

§ 3º - Quando a Assembléia Geral for solicitada pelos associados as deliberações tomadas só serão válidas se o número de participantes da mesma não for inferior ao número de assinaturas contidas na solicitação.

§ 4º - Nos demais casos, as deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos associados presentes.

CAPÍTULO IV DOS ORGANISMOS DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 19 - São órgãos de administração do INSTITUTO:

I. Diretoria; e,

II. Conselho Fiscal

§ 1º - Os Diretores, Conselheiros, Associados, Benfeitores ou equivalentes, não perceberão remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

§ 2º - O mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal, será de 04 (quatro) anos, sendo permitida a reeleição sucessiva, da totalidade ou de qualquer um de seus membros.

§ 3º - Os Associados, membros da Diretoria e do Conselho Fiscal do INSTITUTO, não poderão obter de forma individual ou coletiva, benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação em processos decisórios, devendo para tanto adotarem práticas administrativas eficientes e eficazes no cumprimento do disposto no presente parágrafo.

§ 4º - A perda da qualidade de membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal, será determinada pela Assembleia Geral, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, quando ficar comprovado:

- I. Malversação ou dilapidação do patrimônio social;
- II. Grave violação deste estatuto;
- III. Abandono do cargo, assim considerada a ausência não justificada em 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas, sem expressa comunicação dos motivos da ausência, à secretaria do Instituto;
- IV. Aceitação de cargo ou função incompatível com o exercício do cargo que exerce no Instituto;
- V. Conduta duvidosa.

§ 5º - Definida a justa causa, o diretor ou conselheiro será comunicado, através de notificação extrajudicial, dos fatos a ele imputados, para que apresente sua defesa

prévia à Diretoria, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da comunicação;

§ 6º - Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será submetida à Assembleia Geral Extraordinária, devidamente convocada para esse fim, composta de associados em dia com suas obrigações sociais, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo em primeira chamada, com a maioria absoluta dos associados e em segunda chamada, uma hora após a primeira, com qualquer número de associados, onde será garantido o amplo direito de defesa.

§ 7º - Em caso renúncia de qualquer membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal, deverá ser observado o disposto no artigo 29 deste Estatuto Social.

§ 8º - O pedido de renúncia se dará por escrito, devendo ser protocolado na secretaria do Instituto, e no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data do protocolo, o mesmo deverá ser submetido à deliberação da Assembleia Geral;

§ 9º - Ocorrendo renúncia coletiva da Diretoria e Conselho Fiscal, o Presidente renunciante, qualquer membro da Diretoria ou, em último caso, qualquer dos associados, poderá convocar a Assembleia Geral Extraordinária, que elegerá uma comissão provisória composta por 03 (três) membros, que administrará a entidade e fará realizar novas eleições, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de realização da referida assembleia. Os diretores e conselheiros eleitos, nestas condições, complementarão o mandato dos renunciantes.

SEÇÃO I.- DIRETORIA

Art. 20 - A Diretoria, órgão executor e de administração do INSTITUTO, será formada por um Presidente, um Vice-Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor Financeiro e um Diretor Pedagógico, eleitos pela Assembléia Geral entre os associados efetivos ou pessoas idôneas por estes indicadas.

Art. 21 - Compete à Diretoria:

- I) Administrar o Instituto;
- II) Cumprir e fazer cumprir rigorosamente o Estatuto Social, o Regimento Interno e as decisões da Assembléia Geral;
- III) Elaborar e apresentar à Assembléia Geral o relatório anual;

- ZAPOLAR
- IV) Nomear comissões especiais e permanentes, grupos de trabalho, como órgãos auxiliares, convocando para integrá-los os membros da Diretoria ou do quadro de Associados;
 - V) Deliberar sobre a convocação das Assembléias Gerais;
 - VI) Aprovar a admissão e exclusão de Associados;
 - VII) Aprovar o Regimento Interno;
 - VIII) Adquirir bens imóveis e aceitar doações com encargos onerosos;
 - IX) Alienar, hipotecar, dar em caução ou permutar bens do Instituto;
 - X) Contrair empréstimos e celebrar contratos de interesse do Instituto
 - XI) Apresentar à Assembléia Geral as contas e o balanço anual para apreciação e aprovação;
 - XII) Deliberar e aprovar o valor da contribuição dos Associados Efetivos e Colaboradores;
 - XIII) Abrir e encerrar filiais;
 - XIV) Aceitar doações não onerosas.

Art. 22 - A Diretoria reunir-se-á:

- I. Ordinariamente, uma vez por ano;
- II. Extraordinariamente, sempre que necessário.

§ **Único** - As convocações serão feitas pelo Presidente ou pelo Conselho Fiscal quando julgar necessário, lavrando-se a competente ata da reunião.

Art. 23 - Compete ao **Presidente**, além do que a Assembléia Geral atribuir-lhe:

- I) Zelar com dedicação pelo bom andamento, ordem e prosperidade do Instituto;
- II) Representar o Instituto ativa e passivamente, judicial e extra - judicialmente;
- III) Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- IV) Superintender todo o movimento do Instituto;
- V) Presidir as Assembléias Gerais e as reuniões da Diretoria;
- VI) Nomear o ou os Superintendentes Executivos, ou outros executivos, funcionários com ou sem poderes de representação, a fim de, no âmbito das

atribuições que lhes forem atribuídas, cuidarem do atingimento dos objetivos sociais;

VII) Autorizar a execução dos planos de trabalho aprovados pela Diretoria;

Art. 24 – Compete ao Diretor Vice-Presidente:

- I) substituir o Diretor Presidente em suas ausências e impedimentos;
- II) auxiliar o Diretor Presidente nas atribuições que lhe são conferidas estatutariamente;
- III) secretariar as sessões das Assembléias Gerais e das reuniões da Diretoria, redigindo as respectivas atas.

Art. 25 - Compete ao Diretor Administrativo:

- I) Superintender, organizar e dirigir os serviços administrativos e sociais do Instituto;
- II) Admitir e demitir os empregados do Instituto, quando for necessário, observado o disposto neste Estatuto Social;
- III) Responsabilizar-se pelos serviços de divulgação dos trabalhos do Instituto, esclarecimentos e relações públicas, mantendo contato e intercâmbio com órgãos de imprensa e comunicação.

Art. 26 – Compete ao Diretor Financeiro:

- I) Superintender, organizar e dirigir os serviços da tesouraria, zelando pelo equilíbrio, correção e propriedade orçamentária do Instituto;
- II) Ter sob sua guarda, livros contábeis e arquivos relacionados às suas atribuições;
- III) Arrecadar a receita e efetuar o pagamento das despesas, na forma prevista no art.25 deste Estatuto Social;
- IV) Dirigir e fiscalizar a contabilidade, zelando para que seja feita de forma legal e dentro dos princípios gerais de contabilidade, tendo sob sua guarda os livros e documentos necessários para esses fins;
- V) Apresentar ao Diretor Presidente, sempre que requisitado, o balanço do movimento da receita e despesa;

VI) Guardar, sob sua responsabilidade, todos os valores em moeda ou títulos pertencentes ao Instituto, observado o disposto no art. 25 deste Estatuto Social.

Art. 27 – Compete ao **Diretor Pedagógico** estruturar, superintender, organizar, dirigir e dinamizar todas as atividades pedagógicas e afins do Instituto.

Art. 28 – Todos os atos que acarretam responsabilidade para o Instituto, deverão conter a assinatura de 02 (dois) Diretores, independentemente da ordem de nomeação no presente Estatuto Social, principalmente:

- I) a movimentação de fundos do Instituto e a representação perante as instituições financeiras, abrir e encerrar contas bancárias e movimentá-las, assinatura de cheques e demais documentos afins;
- II) a constituição de procuradores, para representação do Instituto, inclusive com a Cláusula “ad- judicia”, para representação em juízo e para a prática de todos os atos, que são conferidos estatutariamente aos membros da Diretoria;

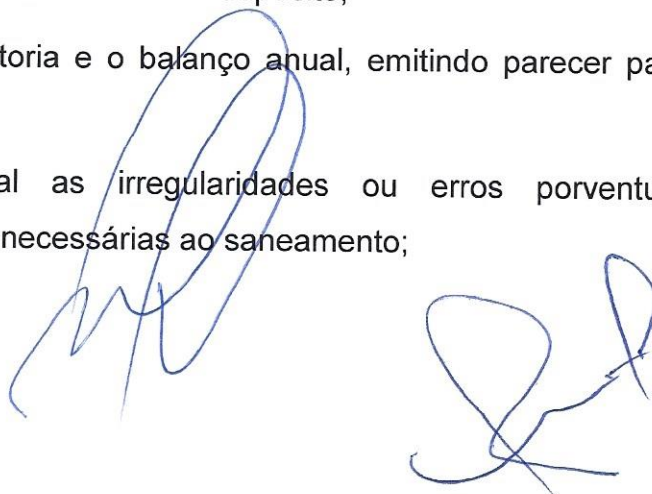
Art. 29 - No caso de vacância de um ou dos dois cargos de Diretoria, os substitutos serão eleitos pela Assembléia Geral que deverá ser convocada pela ordem, pelo Conselho Fiscal ou por 1/5 dos Associados Efetivos, exercendo os eleitos, suas funções até o término do mandato da Diretoria.

SEÇÃO II - DO CONSELHO FISCAL

Art. 30 - O Conselho Fiscal, órgão fiscalizador da gestão financeira da Diretoria, é composto de 03 (três) membros, eleitos pela Assembléia Geral entre os Associados Efetivos.

Art. 31 - Compete ao **Conselho Fiscal**:

- I) Examinar os livros contábeis e demais documentos relativos à escrituração;
- II) Verificar o estado do “caixa” e os valores em depósito;
- III) Examinar o relatório da Diretoria e o balanço anual, emitindo parecer para aprovação da Assembléia Geral;
- IV) Expor à Assembléia Geral as irregularidades ou erros porventura encontrados, sugerindo medidas necessárias ao saneamento;



das Demonstrações Financeiras, deverá observar rigorosamente os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade.

§ Único – Na prestação de contas de eventuais recursos advindos dos Poderes Públicos, será observado o que determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

Art. 37 – O **Instituto** ao término de cada exercício social, publicará através do veículo de comunicação viável e de circulação no local onde desenvolve suas atividades, as demonstrações financeiras, bem como as certidões negativas de débito junto ao INSS e FGTS, além de colocar tais documentos à disposição dos interessados.

Art. 38 – As demonstrações financeiras do **Instituto**, quando assim a legislação o exigir serão auditadas por auditores externos, independentemente de receber ou não recursos oriundos de Termo de Parceria, Termo de Cooperação ou Termo de Fomento, firmados com o Poder Público.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 - O presente Estatuto Social poderá ser reformado, no todo ou em parte e em qualquer tempo, por decisão concorde de 2/3 (dois terços) dos Associados, em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, com *quórum* específico conforme disposto no Art. 18, parágrafo 2º e entrará em vigor na data de seu registro em cartório.

Art. 40 - Os casos omissos no presente Estatuto Social serão resolvidos pela Diretoria.

Art. 41 – O **Instituto** será dissolvido por decisão da Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Art. 42 - Em caso de dissolução ou extinção, a Assembleia Geral, destinará o eventual patrimônio líquido remanescente do **Instituto**, a outra instituição de igual natureza e que preencha os requisitos da Lei nº 13.019/2014, preferencialmente, com fins congêneres ou a entidade pública.



§ 1º: Caso o **Instituto** venha a ser qualificado como uma Organização de Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, nos termos da Lei nº 9.790/99 e alterações da Lei nº 13.019/2014, na hipótese de sua dissolução, todo o seu patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada como Organização de Sociedade Civil de Interesse Público, e que, preferencialmente, tenha o mesmo objetivo social do **Instituto**.

§ 2º: Caso o **Instituto** venha a ser qualificado como uma Organização de Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, nos termos da Lei nº 9.790/99 e alterações da Lei nº 13.019/2014 e Lei 13.204/2015, e, posteriormente, venha a perder esta qualificação, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou a qualificação supracitada, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada como Organização de Sociedade Civil de Interesse Público e que, preferencialmente, tenha o mesmo objetivo social do Instituto.

§ 3º: A instituição que receber o patrimônio do **Instituto** não poderá distribuir lucros e dividendos a seus associados ou dirigentes.

São Paulo, 27 DE JUNHO DE 2019.



Mario Sergio Moreira Franco

Presidente

SANDRA ALVES SILVA

OAB/SP 46.580

2º

Tabellão de Notas - Anderson Henrique Teixeira Nogueira
Rua Rego Freitas, 133 - Vila Buarque - São Paulo - SP
CEP 01220-010 - Fone: (11) 3357-8844 - Fax: (11) 3221-0720

Reconheço por semelhança a(s) / firma(s) de:
MARIO SERGIO MOREIRA FRANCO
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX -XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
São Paulo, 16/07/2019
Em testemunho da Verdade
2219117607 LEONARDO PINHEIRO SILVA-8935/94

COM VALOR ECONOMICO
R\$ 9,50



ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
LAVRADA NA FORMA SUMÁRIA.

CNPJ/MF Nº 07.122.453/0001-30

- I. **Data:** 27 de junho de 2019.
- II. **Horário:** 09h30min, em segunda chamada.
- III. **LOCAL:** Sede social, Rua Helena n.º 285, conj nº 54, Vila Olímpia, São Paulo, SP.
- IV. **Presenças:** Associados Efetivos, conforme lista de presença anexa, atendendo ao quorum exigido estatutariamente.
- V. **Mesa:** Por aclamação, assumiu a Presidência da Mesa, o Sr. Mário Sérgio M. Franco, que convidou a Sra. Ana Lúcia Moreira Franco Ballvé, para assumir a mesa como Secretária.
- VI. **Convocação:** Edital anexo datado de 10 de junho de 2019.
- VII. **Pauta:** Reforma parcial e consolidação do Estatuto Social para adequação à legislação vigente.
- VIII. **Deliberações:**
 - 1) O Presidente submeteu à apreciação de todos a proposta de reforma parcial do Estatuto Social a fim de adequá-lo à legislação vigente, em nada alterando a finalidade, quadro de associados e governança do Instituto. Após um lapso de tempo a proposta foi por unanimidade aprovada sem qualquer ressalva.

MÁRIO SÉRGIO M. FRANCO
PRESIDENTE

Ana Lúcia M. F. Ballvé
ANA LÚCIA MOREIRA FRANCO BALLVÉ
SECRETARIA

SANDRA ALVES SILVA
OAB/SP 46.580

PRENOTADO
2º RCPJ-SP

INSTITUTO ANDRÉ FRANCO VIVE

CNPJ Nº 07.122.453/0001-30

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.

Convidamos os Srs. Associados do **INSTITUTO ANDRÉ FRANCO VIVE**, para se reunirem em **ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, no dia 27 de junho de 2019, às 9.00 (nove) horas em primeira chamada e às 9.30 horas em segunda chamada, na sede social localizada na Rua Helena nº 285, conjunto 54, São Paulo – SP, para deliberarem sobre a Reforma Parcial e Consolidação do Estatuto Social, para adequação do mesmo à legislação vigente.

São Paulo, 10 de junho de 2019.

Mario Sergio Moreira Franco
Presidente

PRENOTADO
2º RCPJ-SP